

CSFB considera exagerados temores quanto à dívida pública

Para o banco, o perfil de amortizações não é o problema; a questão principal é a confiança

O Banco Crédit Suisse First Boston (CSFB) considera "exageradas e pouco fundamentadas" as preocupações de investidores estrangeiros de que o Brasil poderá enfrentar dificuldades para rolar a dívida no curtíssimo prazo, independentemente do resultado das eleições. Para o economista-chefe do CSFB, Rodrigo Azevedo, a confiança, e não o perfil de amortizações, é a questão.

Azevedo diz que a rolagem da dívida externa não deve ser um problema, e que a dívida interna até as eleições é gerenciável. "E, se houver confiança, há espaço de manobra para a rolagem da dívida interna após 2002, mesmo com o novo perfil de amortizações, mais concentrado no primeiro semestre de 2003. Nesse sentido, o resultado das eleições permanece relevante."

Azevedo lembra que o Brasil tem de pagar, a título de amortização e juros da dívida externa, US\$ 7,9 bilhões em 2002 e US\$ 9,8 bilhões em 2003. Ele entende que, como o País já quitou US\$ 3,6 bilhões e captou US\$ 3,9 bi-

lhões neste ano e tem reservas brutas de US\$ 43,8 bilhões, a dívida externa é administrável.

Para Azevedo, a rolagem da dívida interna até as eleições, de R\$ 65,7 bilhões entre julho e outubro, também é viável. Primeiro, porque o Tesouro tem uma folga de caixa de R\$ 80 bilhões – R\$ 52 bilhões referentes ao pré-financiamento feito desde 2002 e R\$ 28 bilhões equivalentes à combinação do superávit primário a ser gerado até dezembro e do retorno de outras operações e créditos do Tesouro. Além disso, existe a possibilidade de, em casos extremos, a dívida ser monetizada (transforma-

da em moeda) e rolada no overnight, ou seja, de um dia para o outro.

O economista não vê problemas para o período seguinte às eleições, desde que haja uma percepção de que o novo gover-

PAPÉIS
PODEM SER
ROLADOS NO
OVERNIGHT

no vai manter a política de superávits primários de 3,5% a 4% do PIB nos próximos anos. Segundo ele, o governo havia criado "deliberadamente espaço para manobra em 2003, ao desconcentrar os vencimentos entre janeiro e março". Além disso, o volume dos títulos que vão vencer no primeiro semestre do ano que vem, embora relativamente elevados, ainda é administrável. (S.L.)